



PAÍS EM TRANSFORMAÇÃO

Inovações metodológicas incorporadas ao Censo permitem captar complexidade da realidade brasileira

Enquanto o Censo pioneiro, realizado em 1872, desenvolveu-se a partir de 14 quesitos, a última edição apresentou 111 perguntas – questões envolvendo mobilidade urbana, migrações internacionais, cor e raça da população foram as mais ampliadas nos últimos 30 anos. As transformações metodológicas têm sido acompanhadas por tecnologias de georreferenciamento, que aprimoram a organização do trabalho de campo, desempenhado pelos recenseadores, e tornam mais ágil o processamento dos resultados.

“Ao abranger, a partir da década de 1960, questões habitacionais, educacionais e de renda sobre a base produtiva dos municípios e o mercado de trabalho, o Censo deixou de ser apenas um levantamento demográfico”, observa o economista Eduardo Pereira Nunes, presidente do IBGE entre 2003 e 2011. “O Brasil se tornou mais complexo e essa complexidade foi incorporada aos questionários.” Nunes recorda, ainda, que na década de 1970 os dados do censo passaram a funcionar como base para a realização de pesquisas de amostragem, entre elas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF),

ambas do IBGE. “O Censo permite calibrar as estatísticas que serão feitas no país no decorrer de toda uma década”, diz. Além disso, também é fundamental para a iniciativa privada, sendo utilizado, por exemplo, para análises de mercado.

Paulo de Martino Jannuzzi, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), do IBGE, informa que, no início, o Censo utilizava fichas de planilha para registrar os dados obtidos. A primeira inovação tecnológica ocorreu em 1920, com a utilização de cartões perfurados, que agilizaram o processamento das respostas. “Em 1960, com a adoção do questionário da amostra, dirigido a cerca de 25% da população, foi possível incorporar um número maior de quesitos. Além disso, o uso de computadores de alto desempenho facilitou a assimilação dos dados nos anos subsequentes”, informa Jannuzzi. Até o ano 2000, os questionários eram de papel, mas já podiam ser processados por leitores ópticos.

No último Censo, dispositivos móveis utilizados para a coleta das informações viabilizaram a transmissão diária dos dados para a sede do IBGE, no Rio de Janeiro. “Na próxima edição, o levantamento georreferenciado de todos os endereços e do percurso do recenseador também

servirá para acompanhar a qualidade da coleta de dados simultaneamente à realização do Censo”, informa o sociólogo Vando da Paz Nascimento, coordenador técnico no estado de São Paulo do Censo Demográfico 2020. Iniciada em agosto, a edição de 2010 teve seus resultados preliminares divulgados em dezembro.

Desde 2018 o IBGE se prepara para a realização do próximo levantamento, com atividades que incluem a participação de cientistas, caso das consultas para definição de novos quesitos. “O Censo é feito em três meses, mas levamos três anos para prepará-lo e pelo menos outros dois para divulgar os dados”, detalha Nascimento. O Censo de 2022 permitirá que seja medido o impacto da implantação das cotas raciais, adotadas no final da década de 1990, no nível de instrução. Poderá, ainda, fornecer elementos para analisar aspectos relativos à empregabilidade da população negra. “Entre outros aspectos, a ideia é analisar se o regime de cotas deve ser expandido para o mercado de trabalho”, pontua Nunes, ex-presidente do IBGE, destacando, por fim, que a próxima edição do Censo também dará continuidade ao mapeamento de comunidades quilombolas, iniciado na edição de 2010. ■ Christina Queiroz